



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

## O MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI E A GESTÃO DE CARLOS ESTEVÃO DE OLIVEIRA (1930-1945)

Rafaela Paiva Costa\*  
(UESB)

### RESUMO

O trabalho situa-se no campo da História da Ciência, tendo por temática a trajetória dos institutos de pesquisa no Brasil, e por objeto a produção científica vinculada ao Museu Paraense Emílio Goeldi, nos anos de 1930 a 1945, quando da gestão de Carlos Estevão de Oliveira. Para isto, propomos uma incursão bibliográfica acerca de alguns aspectos do panorama político-intelectual do período em questão, relacionando-o a elementos biográficos relevantes do seu gestor. Partimos do entendimento de que os cientistas ligados ao MPEG podem ser vistos como “intérpretes” da Amazônia, na medida em que a sua produção atribuía um determinado sentido ao objeto e ao contexto perscrutado, imbuído de um conjunto de *representações sociais* sobre a região.

**PALAVRAS-CHAVE:** Amazônia. Carlos Estevão de Oliveira. Museu Paraense Emílio Goeldi.

### INTRODUÇÃO

O século XIX marcou o nascimento dos museus etnográficos, dedicados às coleções, preservação, exibição, estudo e interpretação de objetos materiais. Trata-se de um contexto de revitalização do sentido dado a estas instituições, antes pensadas como meras expositoras de objetos à administração pública – de caráter

---

\*Rafaela Paiva Costa é Mestra em Educação, pela Universidade Federal do Pará (UFPA), e graduada em História na mesma instituição. Atualmente é bolsista PCI-DD (CNPq) e desenvolve o Projeto de Pesquisa “*Intérpretes da Amazônia: a produção científica do Museu Emílio Goeldi nos anos 1930-1945*” na Coordenação de Informação e Documentação do Museu Paraense Emílio Goeldi (CID/MPEG). E-mail: rafaelapaivacosta@yahoo.com.br.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

exclusivamente comemorativo – e mais conhecidas como *cabinets de curiosité* (SCHWARCZ, 1993). Já em meados do oitocentos, os museus destacaram-se por um movimento científico de recuperação da memória das nações, concentrando-se na pré-história, arqueologia e etnologia, ou ainda, sobretudo na Europa continental, constituindo-se em centros de cultura nacional e popular.

No geral, o período de apogeu destas instituições apontou no final do século XIX, a partir de 1890, quando foram mais bem estabelecidas suas normas, padrões de funcionamento e redefinidas as perspectivas de promoção de empregos. O trabalho girou em torno da comparação e classificação das coleções sobre a fauna, flora e a contribuição humana na terra, colhidas em viagens por outros países – em um esforço que confirmasse suas expectativas teóricas anteriormente formuladas, geralmente submetidas a uma lógica evolutiva <sup>339</sup>.

No Brasil, viajantes naturalistas, americanos e, sobretudo europeus, eram freqüentes, mesmo antes da instalação dos museus nacionais e locais. De fato, até o século XIX, toda ciência era feita por estas expedições estrangeiras vindas aqui apenas para coletar. No entanto, a partir da década de 1870, ao mesmo tempo em que vigoram novos modelos científicos, são impulsionados diferentes centros de pesquisa e ensino, entre eles os museus nacionais, coincidindo com o apogeu destas instituições em âmbito internacional: o Museu Nacional (1808), o Museu Paraense (1866) e o Museu Paulista (1894). Nossas atenções recaem sobre o segundo.

Grande parte das pesquisas sobre o Museu Paraense enfoca principalmente este período do fim do século XIX e início do século XX, no qual se sobressaem as figuras do zoólogo suíço Emílio Goeldi, diretor do museu entre 1894 e 1907, bem como do botânico também suíço Jacques Huber, que assumiu a instituição com a

---

<sup>339</sup> No final do século XIX e início do XX, o Brasil conheceu seu período auge de influência das *teorias raciológicas européias*, mais especificamente entre as décadas de 1870 e 1930. Trata-se de um conjunto de formulações desenvolvidas na Europa Ocidental de cunho social e biológico, cristalizadas pelo chamado Evolucionismo Cultural e Darwinismo Social, as quais, com o respaldo da ciência da época, classificaram os povos do mundo em raças hierarquicamente diferenciadas. Sobre o tema, ver: SKIDMORE, 1976; SCHWARCZ, 1993, 2001; DAMATTA, 1993; e ORTIZ, 1983.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

saída de Goeldi, até 1914. Atribuímos este fato ao contexto histórico que, reunindo mudança de regime político e apogeu da economia da borracha na Amazônia, na chamada *Belle Époque*<sup>340</sup>, proporcionou representações grandiosas, relacionadas momento “áureo” do museu, estimulando a produção que se seguiu a respeito da instituição.

De fato, as primeiras décadas do regime republicano foram palco de relevantes transformações no cenário científico brasileiro, com mais autonomia e mais recursos financeiros – pelo governo central e alguns governos estaduais, fortalecidos pelo pacto federativo. A República também difundiu uma ideologia que valorizava o discurso científico (SANJAD, 2010), beneficiando a criação de novas instituições, sendo também outras extintas, reformuladas ou ampliadas, com novas sedes, mais recursos e melhor infra-estrutura. Assim, em 1891, sob a gestão de José Veríssimo à frente da Diretoria Geral da Instrução Pública, o Museu Paraense foi sendo reconstruído, por meio de um discurso cientifizante e civilizatório.

No entanto, com o declínio da economia da borracha no mercado internacional, desde os primeiros anos da década de 1910, a região passou a enfrentar graves dificuldades, resultando em severos cortes de verbas para as repartições. No museu, foram reduzidos o orçamento e a equipe, e, por consequência, as expedições, pesquisas, atrações e popularidade. Não há dúvida, no entanto, que antes disso, nos anos iniciais da República, o Museu assumiu um papel central no projeto político republicano, no que diz respeito à instrução do povo e propaganda do novo regime. Tornou-se, portanto, parte da identidade da elite local, em suas aspirações modernizadoras e civilizadoras (SANJAD, 2010).

---

<sup>340</sup> Na região amazônica, estes são os anos mais promissores da produção gomífera que possibilitou base financeira e política para atuar na *vanguarda cultural da região* (COELHO, 2002, p. 135) no contexto internacional da *Belle Époque*, momento em que parte do excedente, direcionado aos cofres públicos, é reinvestida em uma nova estrutura urbana sob os moldes europeus, especialmente o francês (SARGES, 2010; COELHO, 2002).



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

No final da Primeira República (1889-1930), muitos intelectuais ligados às vanguardas literárias conceberam o movimento revolucionário emergente, quando da renúncia compulsória do governador Eurico Vale, como um caminho para importantes mudanças nos rumos do regime. Este apoio se traduziu, então, em diversos cargos de destaque na esfera do estado, dentre os quais se assemelha o caso de Carlos Estevão de Oliveira à frente do Museu Paraense Emílio Goeldi. Seu projeto foi o de reconstruir o nome da instituição de modo a transformá-la em símbolo nacional da Amazônia – por meio da exaltação do *trabalho, eficiência, disciplina e fiscalização* – tal qual orientava o pensamento político nacionalista da ideologia varguista<sup>341</sup>.

Carlos Estevão de Oliveira nasceu em 1880, em Recife, Pernambuco. Seguiu a profissão do pai, Antônio Estevão de Oliveira, e do irmão mais velho, Luiz Estevão de Oliveira, bacharelando-se em Direito, em 1907, e fazendo parte, assiduamente, do movimento intelectual daquela cidade, no início do século XX, antes de mudar-se com o irmão para o Pará, quando da morte do pai. Foi imediatamente empossado no cargo de Promotor de Justiça em Alenquer, no governo do Dr. Augusto Montenegro, e, em 1913, veio para Belém, para exercer a função de segundo prefeito de Segurança Pública do Estado, equivalente a Delegado de Polícia atualmente. No ano seguinte, foi nomeado Consultor Jurídico da Diretoria de Obras Públicas Terras e Viação, permanecendo até 1930, quando assumiu a direção do Museu, inicialmente em caráter interino (CUNHA, 1989).

Com o apoio do então Interventor Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, grande admirador do desenvolvimento científico vivido no passado por aquela instituição, Carlos Estevão comprometeu-se com o projeto de rápido melhoramento de todos os setores do museu, pelo qual se pretendia publicizar o

---

<sup>341</sup>O Estado Novo associou corporativismo, tecnocracia, modernismo e nacionalismo, numa composição que possuía cores tradicionais e tonalidades avançadas para o Brasil daquele momento. Sua ideologia não foi unitária, nem definitivamente elaborada no plano das idéias políticas. O âmago dessa ideologia foi o Estado, representado na figura de Getúlio Vargas. Sobre a ideologia varguista em relação à Amazônia, ver: LENHARO, 1986; SECRETO, 2007.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

novo contexto político, frente ao histórico de abandono deixado pelos últimos anos da “República Velha”. O Parque Zoobotânico foi o grande alvo dos investimentos, mobilizando a restauração e construção de gaiolas e áreas de contenção para animais diversos. Para o levantamento da verba necessária, Magalhães Barata exigiu que todos os prefeitos dos municípios do Pará contribuíssem com doações monetárias e de animais vivos, principalmente espécies curiosas e raras (CUNHA, 1989).

Ao contrário da memória que pesa sobre esses anos, Barata tornou o Museu, juntamente com o Instituto Histórico e Geográfico do Pará, uma das principais vitrines intelectuais da Amazônia, agora sob a direção do experiente servidor público Carlos Estevão de Oliveira. Cabe aqui, no entanto, uma explicação ao leitor: a escolha de Carlos Estevão para esse cargo está perfeitamente integrada a um contexto mais amplo de associação e mobilização de intelectuais brasileiros com o projeto de um ‘Brasil moderno’, ambicionado e divulgado pelo movimento de 1930. No Pará, muitos literatos, escritores, profissionais liberais e burocratas afeitos às letras e artes embarcaram nos planos nacionalistas do governo interventor (FIGUEIREDO, 2001, p. 183).

Barata ainda apoiou o combate à violação da natureza amazônica, tão primado por Carlos Estevão, a partir de decretos que estipulavam a prevenção da derrubada de matas para roçados e extração de madeiras de lei (1931); aquisição e exportação de cerâmica aborígene de tribos extintas (1932); exportação de peixes vivos (1933); coleta de peixes vivos para os aquários ou reprodução em cativeiro (1933); exportação de animais da fauna paraense (1933). Todos os decretos apontavam o Museu como órgão governamental fiscalizador por excelência, o qual se reportava diretamente ao Interventor (CUNHA, 1989).

Ciente da urgência de conferir à instituição um novo campo de inserção política na Amazônia, Carlos Estevão procurou desenvolver uma série de projetos, visando a tornar o Museu o órgão de fiscalização das atividades de exploração da flora, fauna e dos usos do patrimônio histórico e arqueológico da região.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Absolutamente inovador para a época, o diretor do Museu denunciava o extermínio desenfreado da fauna silvestre amazônica, preconizando em favor da criação intensiva desses animais em cativeiro – especialmente daqueles que tinham grande atração nos hábitos alimentares da população local (FIGUEIREDO, 2001, p. 187).

Carlos Estevão também buscou incentivar as pesquisas científicas do Museu, patrocinando e encorajando estudos como o do Dr. Eládio Lima, sobre os mamíferos da Amazônia. Trouxe para a instituição o zoólogo Godofredo Hagmann para chefiar esta seção, e o famoso limnólogo Harald Sioli, bem como o maior etnólogo da época, Curt Nimuendajú, para investigar várias tribos indígenas da região, acumulando um vasto material para as coleções etnológicas da instituição<sup>342</sup>. Promoveu também o primeiro curso prático de Etnologia, ministrado pelo mesmo pesquisador (CUNHA, 1989).

Ainda no início da sua gestão, Carlos Estevão também obteve o apoio de Magalhães Barata na desapropriação dos últimos terrenos particulares presentes na quadra do Museu. Nesse espaço foram construídos lagos e canais para a criação intensiva de diversas espécies de tartarugas fluviais e peixes de água doce da região. Isto porque é possível que o Carlos Estevão já apostasse em uma concepção museológica diferente para os parques zobotânicos, discordando do seu caráter exclusivamente expositivo de Jardim Zoológico, “*em favor de uma política ambiental amazônica, notadamente acerca da conservação e multiplicação de animais em seu habitat natural*” (FIGUEIREDO, 2001, p. 192).

Nesse sentido, era estruturada pelas instâncias do governo uma determinada corrente de pensamento preservacionista sobre a Amazônia, baseada na ideia de paraíso natural, a qual demandava controle rigoroso das fronteiras

---

<sup>342</sup> O próprio Carlos Estevão de Oliveira foi um estudioso dos índios brasileiros, especialmente dos grupos indígenas da região nordestina, espalhados entre Pernambuco, Alagoas e norte da Bahia. Ainda assim, no Pará, realizou algumas observações sobre os índios Apinayé ou Apinagé do Alto Tocantins, interessando-se sobretudo pela arqueologia indígena da região. Produziu ainda alguns estudos folclóricos destes povos, focando na teogonia indígena, sua mitologia, lendas, crenças, tabus, etc. – grande parte deles publicada nos jornais *Folha do Norte* e *Estado do Pará*, e em periódicos de outros estados (CUNHA, 1989).



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

para impedir a evasão das riquezas e esfacelamento do patrimônio biológico da região. O Museu passou a ser visto como *“um lócus científico que se apresentava como uma espécie de epicentro institucional da nacionalidade brasileira, vista sob a tangente amazônica”* (FIGUEIREDO, 2001, p. 196).

Neste momento, a Amazônia era entendida como *“parte do projeto ideológico do Estado Novo, através de temas como a redenção do caboclo, o saneamento e a colonização da região”* (ANDRADE, 2010, p. 454), seja pelo programa do governo conhecido como “Marcha para o Oeste”, que definiu a Amazônia como um lugar a ser “conquistado” pelo poder central; seja pela viagem de Getúlio Vargas à região, em 1940, quando proferiu o discurso denominado posteriormente de “Discurso do rio Amazonas”, amplamente divulgado pela propaganda governamental como a nova “descoberta” da região (ANDRADE, 2010).

Assim, a Amazônia seria incorporada ao Brasil de maneira efetiva, estimulando a imigração do elemento nordestino à região, e não o estrangeiro, a fim de solucionar o ‘vazio demográfico’. O destino histórico da localidade (vale da promessa, eldorado) deveria ser retomado, e seu elemento regional, valorizado, pois tanto a região quanto seus habitantes teriam sido esquecidos pelas administrações anteriores. O habitante local, o caboclo, se encontrava em condições desfavoráveis devido ao abandono histórico. O clima, de acordo com estes escritos, não era o culpado pela indolência do caboclo e sim a falta de orientação do poder central. Por fim, a história da Amazônia seria um eterno embate entre homem e natureza, no qual esta deveria ser suplantada (ANDRADE, 2010, p. 458).

Portanto, culpa-se o atraso da Amazônia pelo abandono dos governos anteriores à “Revolução de 30”, que teriam permitido *“a vitória do ambiente e da condição climática sobre o homem”* (ANDRADE, 2010, p. 462). Assim, são aclamadas as medidas do Estado Novo para a região, visto que esta ação a levaria *“ao seu destino glorioso”* (ANDRADE, 2010, p. 464). Estas e outras representações



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

sobre a Amazônica serão a tônica desta pesquisa. A partir deste balanço bibliográfico, o trabalho irá se centrar na produção científica dos pesquisadores vinculados ao Museu durante a gestão de Carlos Estevão, para perscrutar a visão destes “intérpretes” privilegiados e sua relação com o contexto em questão.

Isto porque compreendemos que os cientistas ligados ao Museu Goeldi podem ser vistos como “intérpretes” da Amazônia. O termo *intérprete* aqui utilizado é inspirado no artigo de Coelho (2001), o qual analisa o conhecimento produzido sobre a Amazônia a partir de certos autores dos séculos XIX e XX, tais como Euclides da Cunha, Arthur Cezar Ferreira Reis, Domingos Antônio Raiol, Vicente Salles, Roberto Santos e Barbara Weinstein. Para ele, o trabalho dos autores citados “permitem que se perceba um esforço no sentido de se estabelecer algumas matrizes explicativas sobre as configurações históricas vividas no Norte”, que proporcionam “uma visão dos processos sociais passados, demarcando campos de investigação, modelos interpretativos e debates historiográficos” (COELHO, 2001, p. 190).

Neste sentido, baseamo-nos na ideia de que “pensar o passado, concentrar-se na análise de um processo social, entender os seus elementos condicionantes, as suas determinações sociais, econômicas e/ou culturais implica atribuir-lhe um sentido, uma interpretação” (COELHO, 2001, p.190). Estas interpretações, por sua vez, estão imbuídas daquilo que se convencionou chamar de *representações sociais*, isto é, um conjunto de impressões, noções, conexões e determinações construídas historicamente, por meio de interações sociais, que orienta a auto-identificação de um grupo e a identificação do outro, bem como o estabelecimento de ligações amistosas ou conflitantes entre ambos (CHARTIER, 1990, 1991).



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Rômulo de Paula. “Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta”: Getúlio Vargas e a revista “Cultura Política” redescobrem a Amazônia (1940-1941). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas. Belém, v. 5, n. 2, mai-ago, 2010.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- \_\_\_\_\_. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, v.5, n.11, jan./abr., p. 173-191, 1991.
- COELHO, Geraldo Mártires. *No coração do povo: o monumento à República – 1981-1987*. Belém: Paka-Tatu, 2002.
- COELHO, Mauro Cezar. Fronteiras da História, limites do saber: a Amazônia e seus intérpretes. In: QUEIROZ, Jonas Marçal de & COELHO, Mauro Cezar. *Amazônia: modernização e conflitos (séculos XVIII e XIX)*. Belém: UFPA/NAEA; Macapá: UNIFAP, 2001.
- CUNHA, Osvaldo Rodrigues da. *Talento e atitude: estudos biográficos do Museu Emílio Goeldi*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1989.
- DAMATTA, Roberto. Digressão: fábula das três raças, ou problema do racismo à brasileira. In: \_\_\_\_\_. *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p. 58-85.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Parque da cidade, Museu da nação: nacionalismo, modernismo e instituições científicas na Amazônia, 1930-1945. In: FAULHABER, Priscila; TOLEDO, Peter Mann de. *Conhecimento e fronteira: história da Ciência na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001. p. 181-204.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SANJAD, Nelson. *A Coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2010.
- SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. 2. Ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SECRETO, María Verónica. *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Tradução: Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976